

Resumo: Desenvolvida desde suas primeiras comunidades a partir do encontro e do diálogo com as diversas culturas, a Igreja teve no Concílio Vaticano II, particularmente na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, um de seus marcos históricos, pela forma como definiu sua compreensão sobre a Cultura, abrindo novos caminhos para a ação evangelizadora. A recepção desse documento, assim como de todo o conteúdo do Concílio, ainda está por se completar. Nesse processo, torna-se evidente a necessidade de envolvimento de teólogos nacionais, que com ciência e método busquem aprofundar o conhecimento da fé “no invólucro de sua própria cultura”. Destaca-se no esforço de concretização dos indicativos do documento o papel de Paulo VI e, particularmente, de João Paulo II, que dotou a Cúria de um dicastério específico para a articulação do diálogo da Igreja com o mundo da cultura. Por fim, ainda que de forma sintética, observa-se como essa questão foi tratada pela Igreja da América Latina, em suas cinco Conferências Gerais.

Abstract: Developed since the earliest communities based on the meeting and the dialogue between different cultures, the Church had in Vatican Council II, especially in *Gaudium et Spes Pastoral Constitution*, one of its historical landmarks, by the way it defined its understanding on culture, opening new paths for evangelizing action. The receiving of this document as well as all the Council content are completing this process, and the necessity of the involvement of national theologians with their own culture becomes evident. The Pope Paul VI's role stands out and, especially, Pope John Paul II, who improved the curia of an specific department for the articulation between the Church and the world of culture. In conclusion, it was observed how this question is discussed by the Latin American Church and its five General Conferences.

Igreja e Cultura

*Aroldo Braga**

* O autor é Assessor Nacional da CNBB/Pastoral da Cultura, Membro da Comissão de Coordenação dos Centros Culturais Católicos do Cone Sul (Pontifício Conselho da Cultura) e do Conselho de Redação da Revista Cidade Nova (São Paulo). Advogado.



1 Introdução

A ação evangelizadora da Igreja sempre se desenvolveu a partir de sua relação com a cultura. Ainda que a adesão à Boa Nova anunciada seja sempre um ato pessoal, quem a pratica está inserido num contexto cultural próprio e localizado, que tanto influi no processo da evangelização, quanto é por ele influenciado a partir da adesão dos que ali se encontram. Neste artigo pretendemos abordar essa relação, tendo como suporte o modo como ela foi entendida pelo Concílio Vaticano II e observando como essa compreensão foi recebida pela Igreja, tanto na Santa Sé quanto na América Latina.

2 Conceito e amplitude

Pretendendo analisar essa relação a partir do ponto de vista da Igreja, em sua história e na compreensão de seu Magistério, podemos começar pelo conceito de Cultura consagrado pelo Concílio Vaticano II, reconhecendo que são múltiplos outros modos de compreendê-la, conforme as disciplinas e interesses que orientem a reflexão. Acolhendo esse conceito, indicamos também que ele servirá de guia para toda a reflexão, assim como a própria Missão da Igreja serve de guia para a sua relação com as variadas expressões da Cultura, neste e nos passados tempos.

Para o Concílio Vaticano II, essa palavra, “cultura”,

indica, em geral, todas as coisas por meio da qual o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar; pelo estudo e pelo trabalho, o próprio mundo; torna mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil; e, finalmente, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e até à inteira humanidade, as suas grandes experiências espirituais e aspirações.¹

Na amplitude dessa compreensão do termo, o Concílio ressalta a necessidade que o homem tem da cultura, da qual é sempre o sujeito, bem como a íntima ligação entre natureza e cultura, afirmando que

¹ Cf. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, 53.



a cultura humana implica necessariamente um aspecto histórico e social e que o termo “cultura” assume frequentemente um sentido sociológico e etnológico. É nesse sentido que se fala de pluralidade das culturas. Com efeito, diferentes modos de usar as coisas, de trabalhar e se exprimir, de praticar a religião e de formar os costumes, de estabelecer leis e instituições jurídicas, de desenvolver as ciências e as artes e de cultivar a beleza, dão origem a diferentes estilos de vida e diversas escalas de valores. E assim, a partir dos usos tradicionais, se constitui o patrimônio de cada comunidade humana. Define-se também por esse modo o meio histórico determinado no qual se integra o homem de qualquer raça ou época, e do qual tira os bens necessários para a promoção da civilização.²

Esse modo de ver a cultura deve sempre pautar a relação da Igreja com todos, crentes ou não, mas não é seguro afirmar-se que em todos os tempos foi assim que aconteceu. Ainda nos primeiros tempos do cristianismo já se verificavam tensões, pela dificuldade em se separar o modo novo de ver o homem, proposto por Jesus Cristo, do empenho de seus seguidores em conduzir todos à conversão, muitas vezes pretendendo a renúncia dos recém-convertidos a expressões de sua cultura que no fundo não eram incompatíveis com a fé, diferentemente do que tantos entendiam. Esse é um ponto crítico constante ao longo da história da ação evangelizadora, até os nossos dias, onde nem sempre o equilíbrio prevalece.

Eximindo-nos de um apanhado histórico, que fugiria dos objetivos desta reflexão, procuraremos limitar-nos ao tempo pós-Concílio, certos de que a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* é o marco mais importante da história da Igreja em sua relação com a Cultura.

3 *Gaudium et Spes*: A solidariedade da Igreja com a Família Humana

Essa Constituição, inspirada em memorável discurso do Cardeal Suenens³ em 4 de dezembro de 1962, no final da primeira sessão conciliar, teve sua promulgação ordenada por Paulo VI em 7 de dezembro de 1965, depois de longa tramitação que se concluiu com o voto negativo de apenas 75 dos 2.391 padres conciliares presentes. Esse resultado mostra

² *Ibid.*

³ Cardeal Leon Joseph Suenens, Arcebispo de Malines-Bruxelas, Bélgica, de grande influência no pontificado de Paulo VI e no próprio Concílio Ecumênico Vaticano II.



a importância que o tema assumiu no Concílio, realçada ainda em sua introdução quando os padres conciliares reafirmaram que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje”, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também dos discípulos de Cristo. Esse encontro da Igreja com o mundo atual – também com sua cultura – foi celebrado de forma vibrante por Paulo VI naqueles dias, quando afirmou que a *Gaudium et Spes* constituía sua mensagem de Natal daquele ano, considerando que ela marcava o ponto de encontro entre Cristo e o homem moderno: “O encontro da Igreja com o mundo atual foi descrito em páginas admiráveis da última Constituição do Concílio. Toda pessoa inteligente, toda alma bondosa deve conhecer essas páginas. Elas levam, sim, de novo a Igreja ao meio da vida contemporânea, mas não para dominar a sociedade, nem para dificultar o autônomo e honesto desenvolvimento de sua atividade, e sim para iluminá-la, sustentá-la e consolá-la.”

Paulo VI, com esse gesto significativo de assumir a publicação da *Gaudium et Spes* como a sua própria mensagem de Natal, exprimia o sentimento que invadia a Igreja de que, a partir dali, se inaugurava um novo tempo, que aproximava a Igreja, na complexidade do tempo atual, do espírito das primeiras comunidades cristãs. Era como se Paulo tivesse outra vez a oportunidade de falar ao mundo, agora em seus novos areópagos.

Para assim falar com o homem dos novos tempos, a Igreja deveria assumir um empenho muito exigente e indispensável. Deveria ir ao encontro desse homem, despida de suas certezas quanto a ele e a seu mundo. Um desafio que se renova e se agrava nos tempos atuais, quando parece que não se andou tanto quanto se esperava:

... a Igreja, a todo momento, tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração, às interrogações eternas sobre o significado da vida presente e futura e de suas relações mútuas. É necessário, por conseguinte, conhecer e entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática⁴.

Em seguida a essa exortação, a *Gaudium et Spes* faz uma análise do mundo moderno, como era visto pelos padres conciliares, cujo

⁴ Ibid. 4



conteúdo poderia ser retomado como estudo ainda hoje por todos os que se empenham na ação evangelizadora. Mais que análise de uma conjuntura daquele tempo, trata-se de uma visão antecipada dos dramas que marcaram este meio século que nos separa do Concílio, com um olhar amoroso pelo homem e suas vicissitudes a partir da certeza de que Cristo, “morto e ressuscitado por todos, pode oferecer ao homem, por seu Espírito, a luz e as forças que lhe permitirão corresponder à sua vocação suprema” (GS, 10).

Toda a longa reflexão que segue, cuidando do homem, de sua dignidade e da função da Igreja, conduz ao capítulo onde se trata especificamente da promoção da cultura. Como introdução ao conceito já mencionado na abertura desta reflexão, os padres conciliares afirmam que “é próprio da pessoa humana não atingir a humanidade verdadeira e plena senão pela cultura, isto é, cultivando os bens e os valores da natureza. Em todo lugar, portanto, quando se trata de vida humana, a natureza e a cultura se entrelaçam de um modo muito íntimo” (GS, 53).

É importante que relacionemos essa afirmação com o significado do homem para a fé cristã, para assim entendermos o valor que a compreensão da cultura e o diálogo com suas expressões têm para a ação evangelizadora. A *humanidade verdadeira e plena*, que se completa com a fé, é dependente da cultura. Daí que não se pode pretender evangelizar sem conhecer, respeitar e dialogar com a cultura onde estão inseridos aqueles a quem se pretende fazer o Anúncio.

A análise da conjuntura – com o viés de visão antecipada do meio século que se seguiria, a que nos referimos – a partir desse ponto cuida das condições culturais do mundo atual, suas dificuldades e tarefas, destacando a consciência nova dos homens e mulheres de serem “os criadores e autores da cultura de sua comunidade”, testemunhando um novo humanismo, “no qual o homem se define, em primeiro lugar, por sua responsabilidade perante os irmãos e a história”.

Nesse ponto deve ser sempre motivo de atenção o elenco das dificuldades e tarefas, seguramente não exaustivo, mas de grande abrangência, onde os padres conciliares apontam a responsabilidade do homem e das instituições no progresso da cultura, assinalando os riscos das inúmeras antinomias que devem ser resolvidas, concluindo com a afirmação de que “no meio dessas antinomias é necessário que a cultura humana se desenvolva de tal modo, que aperfeiçoe de maneira equilibrada a pessoa humana integral e ajude os homens a desempenhar as funções a



que são chamados, sobretudo os cristãos, unidos fraternalmente na única família humana” (GS, 53).

Ao tratar especificamente da questão “fé e cultura”, que muitas vezes é entendida como conflitante, a Constituição Pastoral ressalta a importância da “missão que os cristãos têm de desempenhar, juntamente com todos os homens, na construção de um mundo mais humano”. Encontramos ali um importante discurso onde é exaltada a ação do homem, com o trabalho de suas mãos ou por meio da técnica – a cultura, conforme o conceito refinado da própria Constituição –, chegando-se ao ponto tido por muitos, de forma errônea, como a cultura propriamente dita, onde se acentua o risco de incompreensões. Ali os padres conciliares afirmam que:

... quando se aplica às múltiplas disciplinas da filosofia, da história, das ciências matemáticas e naturais e se ocupa das artes, o homem pode contribuir em alta medida para que a família humana se eleve às noções mais nobres do verdadeiro, do bom e do belo e a um juízo de valor do universo, e seja mais claramente iluminado pela Sabedoria admirável que estava junto de Deus desde toda a eternidade. (...) Por essa razão o espírito do homem, mais desprendido da servidão das coisas, pode elevar-se mais expeditamente ao próprio culto e à contemplação do Criador⁵.

Essa visão tão positiva e cheia de esperança não afastou os padres conciliares da compreensão dos riscos que o empenho e a confiança demasiada nas descobertas atuais podem trazer ao homem, levando-o a se descuidar dos valores mais altos, favorecendo certo fenomenismo e agnosticismo. Esses riscos, entretanto, não obscurecem o valor positivo do progresso, cuja não admissão é tida como uma tentação. Assim o documento enumera, ainda em seu número 57, esses valores:

“o estudo das ciências e fidelidade rigorosa à verdade nas pesquisas científicas, a necessidade de trabalhar em equipe com outros nos grupos técnicos, o senso da solidariedade internacional, a consciência cada dia mais viva da responsabilidade dos cientistas na ajuda e na proteção a ser dispensada aos homens, a vontade de tornar mais favoráveis as condições de vida para todos, sobretudo para aqueles que são privados de responsabilidade ou sofrem de indigência cultural. Tudo isso con-

⁵ Ibidem, 57



segue trazer alguma preparação para que se receba a mensagem do Evangelho, que pode ser informada pela caridade divina por Aquele que veio salvar o mundo”.

O final dessa afirmação demonstra a altíssima compreensão que o Concílio teve da cultura, abrindo espaço para uma exposição sobre os vínculos entre a mensagem da salvação e a cultura humana, recordando que Deus enviou o seu Filho e através dele se revelou, falando de acordo com a cultura própria de diversas épocas, assim como realçou o uso pela Igreja dos recursos da cultura para sua pregação a todos os povos com o objetivo de explicar e difundir a mensagem de Cristo.

Tratando das relações harmônicas nas várias formas de cultura, a Igreja

lembra a todos que a cultura deve estar subordinada à perfeição integral da vida humana, ao bem da comunidade e da humanidade inteira. Por isso é necessário cultivar o espírito, de tal modo que se desenvolva a capacidade de admirar, de penetrar o íntimo das coisas, de contemplar, de formar um juízo pessoal e de aperfeiçoar o senso religioso, moral e social.

Defendendo que a cultura “precisa sem cessar de justa liberdade para desenvolver-se e de legítima autonomia de ação”, livre da sujeição aos poderes políticos e econômicos, a *Gaudium et Spes* enfrenta a questão da fé e da razão, consagrando os limites da própria Igreja:

O Sagrado Concílio (...) declara que há “duas ordens de conhecimento” distintas, a saber: a da fé e a da razão. Portanto a Igreja não pode absolutamente impedir que “as artes e as disciplinas humanas usem de princípios e métodos próprios, cada uma em seu campo”. Por isso, “reconhecendo a própria liberdade”, afirma a legítima autonomia da cultura humana e particularmente das ciências. (GS, 59)

Esses pontos que quisemos destacar no grande conjunto da Constituição *Gaudium et Spes* parecem-nos suficientes para justificar o entusiasmo de Paulo VI com a publicação desse documento afirmando, como vimos, que o mesmo deveria ser conhecido por *toda pessoa inteligente, por toda alma bondosa*. A *Gaudium et Spes* não cuida apenas da cultura, mas deixa bem claro a transversalidade do diálogo e da compreensão da cultura em toda ação evangelizadora que se pretenda desenvolver. Como é apenas esse o aspecto de que tratamos nesta reflexão, passemos então



ao modo como foi recebida pela Igreja a questão da cultura assim como vista pelo Concílio Vaticano II.

4 Depois do Concílio

O Concílio Vaticano II representou para a Igreja um tempo de primavera, sendo acolhido com entusiasmo e esperança em todo o mundo, mesmo se ocorreram importantes focos de oposição a seus textos na própria hierarquia, dos quais não trataremos aqui. Apesar desse entusiasmo e dessa esperança, o processo de *recepção* do Concílio poderia ser tido como não completado, mas ainda em andamento, quando já se cuida da celebração dos cinquenta anos de sua realização.

O Papa Paulo VI tinha consciência da demora desse processo, e duas mensagens suas a respeito foram recolhidas por Frei Boaventura Kloppenburg, na substanciosa introdução geral à publicação dos documentos conciliares da Editora Vozes (Petrópolis, 1969). Na Carta ao Congresso de Teologia pós-Conciliar, de 21.9.66, o Papa afirmou:

A tarefa do Concílio Ecumênico não está completamente terminada com a promulgação de seus documentos. (...) É preciso ainda que toda a vida da Igreja seja impregnada e renovada pelo vigor e pelo espírito do Concílio, é preciso que as sementes de vida lançadas pelo Concílio no campo que é a Igreja cheguem à plena maturidade. Ora, tudo isso não poderá chegar a termo antes que o riquíssimo patrimônio legado pelo Concílio à Igreja tenha sido aprofundado cuidadosa e diligentemente pelo povo cristão, antes que este o reconheça e realmente possua.

Antes disso, dirigindo-se aos bispos da Itália, em 6.12.65, Paulo VI falava das mudanças que deveriam ocorrer, a partir também de uma tomada de consciência sobre o modo de considerar a Igreja:

Findo o Concílio, volta tudo ao que era antes? As aparências e os hábitos responderão que sim; o espírito do Concílio responderá que não. Alguma coisa, e não pequena, deverá ser, também para nós – antes, sobretudo para nós – nova. As mudanças de tantas coisas interiores? Sim, mas não é a essas que ora aludimos. Aludimos ao modo de considerar a Igreja, modo que o Concílio cumulou tanto de pensamentos, de temas teológicos, espirituais e práticos, de deveres e de confortos, a ponto de exigir de nós um novo fervor, um novo amor, como que um novo espírito.



Esse processo exigia uma mudança interior de cada cristão no modo de ver a Igreja, o que por si demandaria certo tempo, que também deveria ser alongado por força do volume de documentos a serem conhecidos, estudados e absorvidos pelas igrejas particulares. Não há uma hierarquia de valor e importância entre os documentos no que diz respeito à sua recepção pelo povo e pelas igrejas particulares, e cada lugar foi-se inserindo no processo a partir de suas próprias possibilidades, necessidades, disponibilidades e sensibilidades.

Assim considerando, voltemo-nos outra vez especificamente para a *Gaudium et Spes* e, nela, para a questão da cultura, buscando conhecer como esse documento foi recebido.

Na Cúria Romana, o processo de recepção se desenvolveu de forma lenta, mesmo pela falta de um ente que o assumisse como um empenho próprio. Quem buscou manter viva a mensagem da *Gaudium et Spes* relativa à cultura foi o próprio Papa Paulo VI, tratando dela, de forma explícita ou implícita, em seus pronunciamentos a bispos, a autoridades civis de diversas nações, a instituições universitárias e de pesquisa. De forma vigorosa tratou desse tema na Carta Encíclica “*Populorum Progressio*”, em 1967, e principalmente na Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntiandi*”, de 1975, onde recolheu os frutos do anterior Sínodo dos Bispos⁶.

A necessidade desse ente encarregado dos assuntos da cultura foi assumida por João Paulo II, que desde o início de seu pontificado teve a atenção voltada para o diálogo com a cultura. De fato, em outubro de 1979, por ocasião do primeiro aniversário de seu pontificado, João Paulo II iniciou o processo de consulta ao Colégio dos Cardeais a respeito do assunto, estendendo mais tarde essa consulta aos dicastérios, culminando o processo em 20 de maio de 1982 com a carta de fundação do Pontifício Conselho da Cultura, dirigida ao Secretário de Estado, Cardeal Casaroli. Nessa carta, o Papa reafirmava o compromisso assumido em discurso à UNESCO, em 2 de junho de 1980:

... em virtude de minha missão apostólica, eu sinto a responsabilidade que me incumbe, no coração da colegialidade da Igreja universal, e em contato e de acordo com as Igrejas locais, de intensificar as relações da Santa Sé com todas as realizações da cultura, assegurando também um

⁶ Cf. *Fede e Cultura – Antologia di testi del Magistero Pontificio da Leone XIII a Giovanni Paolo II*, Libreria Editrice Vaticana (2003).



*relacionamento original em uma fecunda colaboração internacional, no seio da família das nações, ou seja das grandes 'comunidades dos homens unidos por vínculos diversos, mas sobretudo, essencialmente pela cultura.'*⁷

Completando em breve três décadas de sua instituição, o Conselho Pontifício da Cultura vem nesse tempo se constituindo num dicastério típico de articulação, assumindo como missão envolver a Igreja na resposta às questões prementes que lhe foram postas por João Paulo II:

*Deveis ajudar a Igreja a responder a estas questões fundamentais para as culturas atuais: como é que a mensagem da Igreja é acessível às novas culturas, às formas atuais da inteligência e da sensibilidade? Como é que a Igreja pode fazer-se compreender pelo espírito moderno, tão orgulhoso com as suas realizações e ao mesmo tempo tão inquieto com o futuro da família humana?*⁸

Nesse esforço, o Pontifício Conselho da Cultura tem promovido encontros, congressos e seminários em todos os continentes, e buscado consultoria nos diversos países. Em 23 de maio de 1999 publicou o documento *Para uma Pastoral da Cultura*, que resume com propriedade a complexidade desse aspecto da ação evangelizadora, ficando claro que o diálogo com a cultura, fundado em conceitos universais e inspirado na única fonte comum que é o Evangelho, é uma ação típica da Igreja local, que terá de dialogar com uma realidade própria de cada lugar, irrepetível em qualquer outro. As dificuldades e as vantagens desse diálogo estão ali expostas, avançando para propostas concretas que podem inspirar a ação das Igrejas locais.

Ressaltando o significado da missão de “evangelizar, não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até suas raízes, a civilização e as culturas do homem”, o documento afirma que “O Evangelho e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas”, acentuando que o “Evangelho e a evangelização, independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de impregná-las a todas sem se escravizar a nenhuma

⁷ João Paulo II, Dircorso all'UNESCO, 2 giugno 1980: "Insegnamenti" III (1980) 1636 ss.

⁸ João Paulo II, Discurso ao Conselho Pontifício da Cultura, 15 de janeiro de 1985.



delas”⁹. Em seguida, introduz a delicada questão da inculturação, afirmando que cultura e fé “marcham num mesmo passo, num processo de mútuo intercâmbio, que exige o exercício permanente de um rigoroso discernimento à luz do Evangelho...” e acrescentando que a Igreja “tem em conta este dado essencial: *o encontro entre a fé e as culturas se opera entre duas realidades que não são da mesma ordem*”.¹⁰

Esse difícil e importante jogo de palavras encerra o drama que é a combinação livre dessas realidades, que não são da mesma ordem. Aqui entra o papel da teologia, cuja importância nesse tema foi acentuada nos próprios documentos do Concílio.

Essa questão foi tratada por Dom Frei Valfredo Tepe¹¹ em primoroso artigo na Revista Eclesiástica Brasileira, do qual nos socorremos para entender a importância do teólogo, do teólogo autóctone, no processo de encontro e diálogo entre a evangelização e a cultura.

5 Cultura e Teologia no olhar de Dom Valfredo Tepe

Valfredo Tepe, teólogo e pastor, expõe com maestria a importância da reflexão teológica na evangelização das culturas, apontando para a localidade indispensável dessa reflexão, a quem denomina de teologia contextual. Este seu artigo¹², inspirado nas discussões que antecederam o documento de Puebla, nos parece indispensável para a compreensão da questão da cultura na ação evangelizadora. Além da leitura profunda do pensamento da Igreja sobre esse tema, a partir do Concílio e de Puebla, é marcante no texto o trânsito que ali se faz, do recolhimento da história e da especulação teológica para a ação missionária, em ato a que a Igreja e todos os seus membros são chamados. É com esse espírito que queremos caminhar ao longo do artigo, estimulando os interessados no assunto a buscarem sua leitura completa.

⁹ Para uma Pastoral da Cultura, 4.

¹⁰ *Ibidem*, 5.

¹¹ Dom Valfredo Tepe, franciscano, teólogo, já falecido, foi bispo auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia e bispo de Ilhéus, no mesmo Estado. Teve grande número de livros publicados nas áreas de teologia, antropologia e psicologia.

¹² Cultura e Teologia, Revista Eclesiástica Brasileira, Vol. XLVI, pp. 739/759, Editora Vozes, Petrópolis (RJ), 1986.



Na introdução, o autor recorda as discussões havidas na preparação de Puebla a respeito do enfoque do documento a ser elaborado, se deveria ter como centro o aspecto cultural ou a mudança social. “Com a distância de alguns anos – afirma Tepe – já se vê que não havia motivo de confronto. Há muito mais uma interpenetração dos dois aspectos. A necessidade de evangelizar as culturas leva à necessidade de diversificar as reflexões teológicas, no sentido das teologias contextuais. A Teologia da Libertação pode se considerar um tipo de teologia contextual”.

Recordando João Paulo II, em sua carta de fundação do Pontifício Conselho da Cultura, já aqui mencionada, quando afirmou que “a síntese entre cultura e fé não é somente uma exigência da cultura mas também da fé; quer dizer, uma fé que não se faz cultura, é uma fé que não foi plenamente recebida, não inteiramente pensada, não fielmente vivida”, o autor introduz a reflexão sobre o papel da teologia nesse processo e sua especialização em cada contexto cultural:

Pensar inteiramente a fé – eis a missão sobretudo da teologia. Pensá-la a partir dos contextos culturais – eis a tarefa de teologias contextuais. A teologia contextual é um serviço à Igreja na sua busca de orientação pastoral em direção dos contextos culturais diversificados.

Ao discorrer sobre o conceito de cultura, sempre a partir da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e do Documento de Puebla, Tepe reafirma a condição essencialmente social de cada homem, como pessoa, vendo a cultura como “a mediação para realizar a convivência grupal e social ampla. A cultura – destaca – ocupa um espaço-chave na realização do homem e da humanidade. É mediação indispensável, tanto para a realização pessoal como para a vivência grupal humanamente socializada”.

Essa importância da cultura na realização do homem demonstra que nenhum esforço evangelizador pode ignorá-la. Assim, inspirando-se na *Gaudium et Spes* e seguramente também em sua condição e com sua experiência de bispo, Tepe afirma:

A Igreja convida os teólogos a colaborar na tarefa nada fácil de ‘realizar a harmonia entre a cultura e o cristianismo’. As dificuldades que aparecem ‘exigem dos teólogos novas investigações. Além disso, os teólogos, observados os métodos próprios e as exigências da ciência teológica,



são convidados, sem cessar, a descobrir a maneira mais adaptada de comunicar a doutrina aos homens de seu tempo' (G.S., 62 b.).

Em seguida, valendo-se principalmente de Puebla, que tratou desse aspecto de forma mais explícita que o documento conciliar, o autor trata da abordagem da cultura pela ação evangelizadora – no contexto próprio daquela – alertando para a delicadeza desse encontro e expondo de forma implícita e com veemência a importância do respeito à realidade da cultura local. Vale aqui a transcrição integral dessa análise-exortação:

A abordagem da cultura pela ação evangelizadora deve ser, basicamente, positiva e não desconfiada. As culturas não são um terreno vazio, carente de autênticos valores. A evangelização da Igreja não é um processo de destruição, mas de consolidação e fortalecimento desses valores; uma contribuição ao crescimento dos “germes do Verbo”, presentes nas culturas”¹³. Só secundariamente a Evangelização visa também à ‘transformação’ e à ‘conversão’ das culturas enquanto acolheram desvalores em seu conjunto¹⁴.

A Evangelização dirige-se ao homem todo. Ora, o homem todo não é a personalidade individual auto-suficiente. É a pessoa inserida e amadurecida num determinado ambiente cultural. Certo, a conversão é sempre intrinsecamente pessoal. Fé é adesão pessoal a Cristo. Mas essa conversão é de algum modo marcada pela cultura que formou a pessoa. Por isso “a Igreja procura alcançar, por meio da ação evangelizadora, não só o indivíduo, senão também a cultura do povo”¹⁵. O indivíduo não deve ser erradicado de seu solo cultural. Não basta a conversão de indivíduos. É preciso que formem parte de comunidades eclesiais. Estas, por sua vez, não devem ser um enclave dentro do povo, um quisto estrangeiro dentro de uma cultura. Não basta que indivíduos e comunidades se saibam membros da Igreja universal. O normal ideal é a formação de Igrejas locais, plenamente inseridas no ambiente, ‘deitando profundas raízes no povo’¹⁶, acolhedoras e enriquecedoras da cultura do respectivo povo.

¹³ Puebla, n. 401.

¹⁴ Ibidem, n. 395.

¹⁵ Ibidem, n. 394.

¹⁶ Ad Gentes, 15 c.



Tudo isso acontece, segundo Valfredo Tepe, em meio a dificuldades, tanto para o indivíduo como para a cultura, o que exige do agente evangelizador uma compreensão perfeita do ambiente e de seu próprio papel. E é na busca dessa compreensão que se revela a importância do teólogo e, principalmente de teólogos nativos:

Se é verdade que a cultura condiciona a evangelização; se é verdade que a síntese entre cultura e fé é também exigência da fé; se é verdade que uma fé que não se faz cultura é uma fé que não foi plenamente pensada – torna-se evidente a necessidade do esforço teológico a serviço da assim chamada “encarnação” ou “inculturação” ou “indigenização” da fé. O último Sínodo fala da “encarnação do cristianismo nas várias culturas humanas”, fala do “princípio teológico para o problema da inculturação”. Só quando há teólogos nativos que tentam a síntese, ou melhor, a simbiose, entre sua cultura e a fé cristã, é que chegamos a uma verdadeira inculturação da mensagem cristã. Pensar a fé na sua relação com a cultura é papel principalmente de teólogos autóctones. Esse serviço ainda está geralmente ligado ao quadro sacerdotal e, por isso, também a ele se refere a afirmação do Vaticano II: “A Igreja fixa raízes mais firmes em qualquer sociedade quando as grandes comunidades de fiéis têm dentro de seus membros os próprios ministros da salvação, na ordem dos bispos, presbíteros e diáconos, servindo aos irmãos” (Ad Gentes, 16 c). Sob esse aspecto, foi de consequências nefastas para toda a Igreja na América Latina a proibição, no período colonial, do acesso ao sacerdócio para negros, índios e mestiços. “Atrasou-se ou mutilou-se o processo de inculturação da fé”.

A essa altura Tepe chama a atenção para a importância do esforço das teologias contextuais, a partir da afirmação de que o legítimo pluralismo teológico é condição de uma verdadeira inculturação da fé. E volta a defender a contextualização, que não é luxo ou algo periférico, mas “tem o seu lugar no coração do esforço teológico”.

Estende-se de forma detalhada na descrição dos três elementos que “devem estar presentes em todos os modelos de teologia contextual e cuja acentuação diversa explica a diferença dos próprios modelos: a Palavra de Deus (Revelação normativa); a cultura de uma nação ou grupo étnico; a mudança social.

A reflexão sobre esses três elementos se constitui uma riqueza à parte nesse texto. Deixamos de descrevê-la com mais detalhes, na esperança de que os que se interessarem poderão buscar o próprio texto de Valfredo Tepe. Seguramente ele servirá como um valioso



instrumento de trabalho para a Igreja no Brasil, quando ela vier a assumir com determinação a busca por um diálogo mais consistente com a cultura, com as culturas, como parte indispensável de sua ação evangelizadora.

O autor dedica um capítulo de seu trabalho à questão da missiologia e inculturação tendo como suporte o Decreto *Ad Gentes*, afirmando que “o destaque que hoje se dá à evangelização da cultura e das culturas coloca em nova luz a tarefa missionária da Igreja”. Para ele, a inculturação é um processo que leva tempo, consumindo ao menos três gerações.

Há uma primeira etapa, a do missionário que leva a fé assimilada em seu lugar de origem, de cuja cultura deve se desapegar para “assimilar a nova cultura, e aí implantar a Palavra que pode vingar em todas as culturas”. Há uma segunda etapa, que será assumida pelos autóctones convertidos, que “ao menos mentalmente terão que fazer um êxodo, ao procurar assimilar a fé em profundidade, como ela é proposta no invólucro de outras culturas”. E por fim, a terceira, nascida desse “êxodo”, quando em “institutos teológicos nacionais vai crescendo uma nova geração que já recebe e aprofunda a fé dentro do invólucro da cultura própria”. É nesse ponto que Tepe destaca a importância da atividade teológica no processo de evangelização da cultura.

Diante das condições humanas não aceitáveis em que vive grande parte da população e do processo de mudança que se verifica, não apenas no sentido de libertar essa enorme parcela do povo na América Latina que assim vive, mas também em virtude da mudança global na sociedade, que na América Latina também e de forma grave se manifesta, Tepe mostra a exigência de um conhecimento sério, por parte da Igreja, dos “dados sociais, políticos e econômicos que possibilitam ou dificultam a ação evangelizadora na linha de uma teologia praxica, ou seja, de uma sábia teologia da libertação, sem radicalizações contrárias à própria mensagem ou conteúdo evangélico. A teologia da libertação faria parte da cadeira missiológica. Ao lado dela deveria figurar a antropologia cultural”.

Esse entendimento de Valfredo Tepe demonstra a importância do envolvimento da pesquisa teológica no sentido de propiciar à Igreja o “contato com o próprio tempo” e assim “apresentar de modo mais adaptado a doutrina sobre Deus, o homem e o mundo aos contemporâneos,



que por sua vez acolherão mais prazerosamente a Palavra de Deus”¹⁷, no espírito do Concílio Vaticano II.

6 A questão da cultura na Igreja da América Latina e no Brasil

Chegada às terras do Novo Mundo com os primeiros navegadores que aqui aportaram, mais com o ânimo de lhes assegurar a assistência religiosa em sua aventura, a fé católica esteve presente em toda a história da colonização, de tal forma que os jovens países nascidos das lutas da independência já surgiram como católicos. Até que isso acontecesse, uma longa história carregada de sombras e também com algumas luzes se escreveu. Seguindo a linha que vimos desenvolvendo, avancemos então para o último meio século e ali verifiquemos como se desenvolveu o encontro da Igreja e da Cultura nesses últimos tempos.

A questão da cultura nas igrejas da América Latina, no sentido que foi dado pelo Concílio, foi tratada já com alguma firmeza na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Medellin – 1968), a primeira pós-Vaticano II, mesmo se ali ainda se restringe a visão de cultura, limitando-a à ideia de instrução e tarefa educativa. Nesse sentido Medellin vê a educação e a instrução como elementos indutores do desenvolvimento dos povos, no respeito aos valores próprios de sua cultura. Por outro lado, reconhece a necessidade da presença da Igreja na defesa da autonomia cultural do Continente, e a urgência de uma pastoral das elites dominantes no plano da cultura.

A III Conferência, em Puebla (1979), marcada mais profundamente pela *Gaudium et Spes* e pela exortação “*Evangelii Nuntiandi*”, de Paulo VI, foi, entre as cinco conferências, a que mais decididamente enfrentou a questão da cultura, propondo enfaticamente a *evangelização da cultura*.¹⁸ Como já afirmamos, Puebla cuidou da questão da cultura de forma madura, inspirada nos documentos mencionados, oferecendo pistas valiosas para a evangelização da cultura no Continente, indispensáveis a qualquer ação nesse sentido.

¹⁷ *Gaudium et Spes*, 62 f.

¹⁸ Cf. Conferencia Episcopal Argentina: Aportes para la evangelización de la cultura em Argentina. Oficina del Libro (2005). P. Hector Eduardo Lugo Garcia, OF, p. 9 e ss.



A IV Conferência, em Santo Domingo (1992), continuou nesse caminho, acrescentando como novidade o empenho em evangelizar os ambientes marcados pela cultura urbana, e inculturar o Evangelho nas novas formas de cultura adveniente. Esses são dois pontos-chave para a ação evangelizadora no tempo atual, quando a Igreja deve se dirigir ao homem e a seu contexto cultural *despida de suas certezas quanto a ele e a seu mundo*, buscando compreendê-lo e com ele partilhar suas dores e alegrias, seu modo de ver o mundo e a natureza, para assim se habilitar ao Anúncio que é a sua missão.

A V Conferência, em Aparecida (2007), enfrentou a perplexidade vivida pela Igreja diante do contexto social e cultural dos países da América Latina e do Caribe, não muito diferente daquele que envolve todo o mundo globalizado. A grande riqueza de Aparecida está na reflexão sobre essa realidade e as indicações pastorais dela decorrentes. Em tudo, ora de forma implícita, ora de forma claramente expressa, são indicadas pistas para o diálogo com a complexa cultura deste tempo, formada por múltiplas culturas que se sobrepõem nos mesmos espaços das grandes metrópoles e seus arredores.

Mais que antes, essas realidades pedem o envolvimento dos teólogos que, com sua ciência e seus métodos, ajudarão a Igreja a compreendê-las. Mesmo se podemos encontrar exemplos de esforços na busca desse diálogo, que alimentam grande esperança, falta à Igreja no Continente, incluindo o Brasil, a sistematização das pesquisas e estudos que mais a aproximem da complexa realidade cultural onde está inserida.

Bibliografia

CONFERENCIA EPISCOPAL ARGENTINA. *Aportes para la evangelización de la cultura en la Argentina*. Oficina del Libro, Buenos Aires (2005).

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*. Edições CNBB, Brasília (2008).

CONSELHO PONTIFÍCIO DA CULTURA. *Para uma pastoral da cultura*. Libreria Editrice Vaticana, Vaticano (1999).



PONTIFÍCIO CONSIGLIO DELLA CULTURA. *Fede e Cultura – Antologia di testi del Magistero Pontificio da Leone XIII a Giovanni Paolo II*. Libreria Editrice Vaticana, Vaticano (2003).

Compêndio do Vaticano II – Constituições, decretos, declarações. Introdução e índice analítico de Frei Boaventura Kloppenburg, OFM. 12ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis (1978).

TEPE, OFM, Dom Frei Valfredo. *Cultura e Teologia, Revista Eclesiástica Brasileira*, Volume XLVI, p. 740/759. Editora Vozes, Petrópolis (1986).

Endereço do Autor:

Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 984 Aptº 72
04014-002 Vila Mariana, São Paulo